ENERGIA DOS VENTOS
geração de energia

Alupar

Relatório da Administração

Energia dos Ventos III S.A.

CNPJ nº 15.321.146/0001-06

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017. Colocamo-nos à sua disposição para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

A Administração

Balanço Patrimonial

Exercícios findos em 31/12/2018 e 2017

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2018	31/12/2017
Ativo circulante		**7.096**	**7.068**
Caixa e equivalentes de caixa	5	2.736	2.096
Títulos e valores mobiliários	6	3.352	3.210
Contas a receber de clientes	7	966	1.365
Impostos a recuperar		–	4
Outros ativos		42	393
Não circulante		**98.772**	**88.943**
Imobilizado	8	98.683	88.844
Intangível		89	99
Total do ativo		**105.868**	**96.011**

	Nota	31/12/2018	31/12/2017
Passivo circulante		**12.164**	**3.079**
Empréstimos e financiamentos	9	2.099	1.943
Fornecedores	10	2.818	801
Salários, férias e encargos sociais		–	1
Impostos e contribuições sociais a recolher		192	154
Provisões de constituição de ativos		126	172
Mútuos partes relacionadas	13.1	6.925	–
Outros passivos		4	8
Não circulante		**60.791**	**61.605**
Empréstimos e financiamentos	9	45.247	46.885
Provisão para contingência	12	6	–
AFAC - partes relacionadas	13.1	15.538	14.720
Patrimônio líquido		**32.913**	**31.327**
Capital social	14	33.934	33.934
Prejuízo acumulado		(1.021)	(2.607)
Passivo e patrimônio líquido		**105.868**	**96.011**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31/12/2018 e 2017

(Em milhares de reais)

	Capital social	Lucro (prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 1º/01/2017	**33.934**	**(2.950)**	**30.984**
Lucro líquido do exercício	–	343	343
Saldos em 31/12/2017	**33.934**	**(2.607)**	**31.327**
Lucro líquido do exercício	–	1.586	1.586
Saldos em 31/12/2018	**33.934**	**(1.021)**	**32.913**

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis

(Em milhares de reais)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Energia dos Ventos III S.A. ("Energia dos Ventos" ou "Companhia"), com sede na Rua Gomes de Carvalho, nº 1.996, 15º andar, Vila Olímpia, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, sociedade por ações de capital fechado, foi constituída em 07/03/2012. A Companhia tem por objeto social a implantação, operação, manutenção e exploração das instalações de geração eólica, e seu sistema de transmissão, associada às demais obras complementares, conforme descrito no Edital de Leilão nº 07/2011 - ANEEL. A Companhia foi autorizada pela Portaria 433 de 19/07/2012 a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada EOL Santa Catarina, constituída de dez unidades geradoras de 1.600 kW, totalizando 16.000 kW de capacidade instalada e 8.500 kW médios de garantia física de energia, localizada no Município de Aracati, Estado do Ceará. Em 06 janeiro de 2015 a Companhia protocolou na ANEEL a solicitação de alteração de característica técnica passando a ter nove Unidades Geradoras de 2.100 kW, totalizando 18.900 kW de capacidade instalada e 9.701 kW médios de garantia física. A ANEEL anuiu a solicitação através da Resolução Autorizativa nº 5.651, de 23/02/2016. Vinculada à autorização dada à Companhia como Produtora Independente de Energia Elétrica, foram pactuados Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado ("CCEAR") com diversas concessionárias de distribuição que participaram do Leilão nº 07/11, que teve por objetivo a Contratação de Energia proveniente de novos empreendimentos de geração, a partir de fonte hidrelétrica, eólica, e termelétrica a biomassa ou a gás natural em ciclo combinado (A-5/2011), no Ambiente de Contratação Regulada (ACR), promovido pela ANEEL. **Autorização da ANEEL para início das operações comerciais:** Através do Despacho nº 3.143 de 21/12/2018, resolve definir o início de operação comercial à partir do dia 22/12/2018. A autorização de exploração da Geração Eólica vigorará pelo prazo de trinta e cinco anos, a contar da data da sua publicação (até julho de 2047). Não há previsão de renovação da concessão, obrigação de entrega dos ativos ou direito de indenização ao final do prazo de concessão.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A Diretoria da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das Demonstrações Contábeis em 13/03/2019. **2.1 Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. **2.2 Base de preparação e apresentação:** As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. **2.3 Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. **2.4 Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações contábeis exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistos de uma maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As principais informações sobre julgamentos, estimativas e premissas que representam risco significativo com probabilidade de resultar em ajustes materiais às demonstrações contábeis nos próximos exercícios, referem-se ao registro dos efeitos decorrentes da nota 8 - teste de redução ao valor recuperável de ativos. **2.5 Mudança nas principais políticas contábeis:** A Companhia adotou inicialmente o CPC 48 Instrumentos Financeiros e o CPC 47 Receitas de Contratos com Clientes a partir de 1º/01/2018, contudo, sem efeito material nessas demonstrações contábeis. **CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente:** Esta norma introduziu um novo modelo para o reconhecimento de receitas provenientes dos contratos com clientes que enfatiza o reconhecimento da receita como a transferência do controle de bens ou serviços aos clientes e as obrigações de desempenho atreladas, em lugar do princípio da transferência de riscos e benefícios, considerando qual montante espera ser capaz de trocar por aqueles bens ou serviços e quando a receita deve ser reconhecida. A Companhia optou por adotar o pronunciamento usando o método retrospectivo com efeito cumulativo, cujos os impactos derivativos da adoção sendo contabilizados a partir de 1º/01/2018. Para os contratos que começaram e concluíram no mesmo exercício de apresentação comparativa, bem como contratos que foram concluídos no início do exercício mais antigo apresentado, não serão reapresentados. A Companhia realizou uma análise detalhada do impacto resultante da aplicação do CPC 47, incluindo a avaliação dos cinco passos para reconhecimento e mensuração da receita, a Companhia concluiu, com base em seus critérios de reconhecimento e mensuração descritos na Nota 3.7 e 15, que não houve impacto significativo nestas demonstrações contábeis. **CPC 48 - Instrumentos Financeiros:** O CPC 48 trouxe como principais modificações, para a Companhia: (i) requerimentos de redução ao valor recuperável (impairment) para ativos financeiros passando para o modelo híbrido de perdas esperadas e incorridas em substituição ao modelo atual de perdas incorridas e (ii) novos critérios de classificação e mensuração de ativos financeiros. As mudanças nas políticas contábeis resultantes da adoção do CPC 48 foram aplicadas retrospectivamente, conforme requerido pela norma. A Companhia realizou uma avaliação de impacto detalhada na adoção da nova norma e identificou os seguintes aspectos: **Classificação e mensuração:** Em relação à classificação e mensuração dos ativos financeiros, a Companhia alterou a classificação nas rubricas relacionadas abaixo. A alteração na classificação não impactou a mensuração dos itens não havendo, assim, impacto significativo das demonstrações contábeis. **Classificação CPC 38: Classificação CPC 48:** Caixa; Empréstimos e recebíveis; Custo amortizado. Equivalentes de caixa; Valor justo por meio do resultado; Valor justo por meio do resultado. TVM; Valor justo por meio do resultado; Valor justo por meio do resultado. Depósitos judiciais; Empréstimos e recebíveis; Custo amortizado. Contas a receber de clientes; Empréstimos e recebíveis; Custo amortizado. **Redução ao valor recuperável:** A Companhia optou pela aplicação da abordagem simplificada e registrará perdas esperadas durante toda a vida em todos os créditos, resultando em uma aceleração no reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável em seus ativos financeiros, principalmente na rubrica de Contas a receber de clientes. Para o exercício de 2018, a Companhia realizou uma análise de crédito de seus clientes, nos ambientes ACR e MCP e concluiu não haver indícios de perdas de crédito para os faturamentos realizados, considerando as garantias existentes nos contratos de venda de energia e por parte do faturamento ser decorrente de vendas para sua controladora. Para os demais ativos financeiros, a Companhia não identificou impactos significativos na adoção deste pronunciamento.

3. SUMÁRIO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo foram aplicadas de maneira consistente para os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis. **3.1 Instrumentos financeiros: Reconhecimento e mensuração inicial:** O contas a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **Classificação e mensuração subsequente:** Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: - é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e - seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. ***Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio:*** A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido. As informações consideradas incluem: - as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. - como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração. ***Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:*** Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. ***Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:*** - Ativos financeiros a VJR - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. - Ativos financeiros a custo amortizado - Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. - Instrumentos de dívida a VJORA - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado. - Instrumentos patrimoniais a VJORA - Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado. ***Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas:*** Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. **Desreconhecimento - Ativo Finaneiro:** A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. **Passivos financeiros:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. **Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **3.2 Redução de valor recuperável: Ativos financeiros não-derivativos - Instrumentos financeiros e ativos contratuais:** A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e ativos de contrato. A Companhia mensura as provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para aplicações financeiras com baixo risco de crédito na data do balanço, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (forward-looking). **Mensuração das perdas de crédito esperadas:** As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber). As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro. **Ativos financeiros com problemas de recuperação:** Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial. A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. **Baixa:** O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos. **Ativos não financeiros:** A Companhia revisa periodicamente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Em 31/12/2018 e 2017 não foram identificados tais eventos ou circunstâncias nas atividades da Companhia. Uma perda é reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo ou grupo de ativos de longa duração. O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre (a) o valor de venda estimado dos ativos menos os custos estimados para venda e (b) o valor em uso. Com o objetivo de avaliar o valor recuperável dos ativos através do valor em uso, utiliza-se o menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (unidades geradoras de caixa - UGC). Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes. **3.3 Provisões:** Provisões são reconhecidas quando a Companhia possue uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, considerada como mais provável que não haverá uma saída de recursos envolvendo um benefício econômico para liquidar a obrigação e seu montante possa ser estimado de forma confiável. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **3.4 Imobilizado:** O imobilizado é mensurado pelo custo histórico de aquisição ou construção, mais custos socioambientais e juros capitalizáveis, menos a depreciação acumulada. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. A depreciação é calculada com base na vida útil econômica estimada dos bens, pelo método linear, por categoria de bem, nos termos da Resolução ANEEL nº 674/2015, limitado ao prazo de autorização. **3.5 Tributação: *Impostos sobre as vendas:*** As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas: • Programa de Integração Social (PIS) 0,65%; e • Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) 3,00%. Esses tributos são recolhidos com base no regime de caixa e reconhecidos com base no regime de competência, são deduzidos das receitas de vendas, as quais são apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido. ***Imposto de renda e contribuição social - Correntes:*** O imposto de renda e a contribuição social correntes registrados no resultado são calculados conforme sistemática do lucro presumido, cujas bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social foram apuradas às alíquotas de 8% e 12% respectivamente, aplicadas sobre o montante da receita bruta segundo legislação vigente. Sobre a base de cálculo, para a apuração do imposto de renda, são aplicadas às alíquotas de 15% acrescidas de 10% sobre o que exceder R$ 60 trimestrais e a contribuição social corrente calculada à alíquota de 9%. ***Taxa de fiscalização sobre serviços de energia elétrica:*** A Companhia, em conformidade com a Lei 9427.1996, recolhe a taxa de fiscalização sobre os serviços de energia elétrica. A taxa é estabelecida anualmente e calculada de maneira proporcional ao porte do serviço concedido. **3.6 Reconhecimento da receita: *3.6.1 Receita de geração de energia elétrica:*** As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquida de quaisquer contraprestações variáveis. A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) reconhecimento da receita quando (ou à medida que) satisfizer as obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. Os principais critérios de reconhecimento e mensuração, estão apresentados a seguir: (i) Suprimento de energia: A receita é reconhecida com base na quantidade de energia contratada e com preços especificadas nos termos dos contratos de fornecimento no Ambiente de Contratação Regulada - ACR. O preço médio de venda atualizado em dezembro de 2018 é de R$ 154,94 MH/h, reajustado pelo IPCA pelo período de suprimento de 35 anos contados a partir de 01/01/2016. (ii) Ajuste positivo CCEE: a receita é reconhecida de pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o excedente de energia produzido, após a alocação de energia no MRE, é comercializado no âmbito da CCEE. A contraprestação corresponde a multiplicação da quantidade de energia vendida pelo PLD. **3.7 Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros sobre aplicações financeiras e são reconhecidas no resultado através do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas bancárias, juros, multa, e despesas com juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures que são reconhecidas pelo método de taxa de juros efetivos. A Companhia classifica os juros pagos como fluxos de caixa das atividades de financiamento porque são custos da obtenção de recursos financeiros.

4. NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES AINDA NÃO EFETIVAS CPC 06 (R2) OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL

Esta norma introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Não haverá impactos relevantes na adoção da norma. **ICPC 22 Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro:** O ICPC 22 esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 quando há incerteza sobre os tratamentos de tributos sobre o lucro. Não haverá impactos da adoção do ICPC 22 na Companhia.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2018	31/12/2017
Caixa e equivalentes de caixa	**2.736**	**2.096**
Numerário disponível	278	901
Aplicações financeiras	2.458	1.195

As aplicações financeiras são de liquidez imediata, sem carência e foram remuneradas, em média, de 83,33% a 100% do CDI em 31/12/2018 e média de 85% a 90% em 2017.

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Instituição	Remuneração	31/12/2018	31/12/2017
TVM			**3.352**	**3.210**
Aplicação pós-fixada	BNDES	De 90% até 100% do CDI	2.538	2.810
Aplicação pós-fixada	Debêntures	De 90% até 100% do CDI	814	400

Refere-se as garantias exigidas pelo contrato de financiamento de abertura de crédito número 15.2.077.8.1 celebrado entre a Companhia e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, que estabelece que a Companhia deve constituir uma conta bancária reserva, movimentada exclusivamente para pagamentos decorrentes deste contrato no caso de insuficiência de saldo de recursos na conta centralizadora no período de curto prazo.

7. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	31/12/2018	31/12/2017
Suprimento de energia elétrica - Energia própria	659	799
Suprimento de energia elétrica - Ajuste positivo CCEE	307	566
	966	**1.365**

Demonstrações do Resultado

Exercícios findos em 31/12/2018 e 2017

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2018	31/12/2017
Receita operacional líquida	15	**9.970**	**9.329**
Custos operacionais	16	**(3.724)**	**(3.811)**
Encargos do uso da rede elétrica - CUST		(82)	–
Custos dos serviços prestados		(251)	(422)
Depreciação e amortização		(3.391)	(3.389)
Lucro bruto		**6.246**	**5.518**
(Despesas) Receitas operacionais	16	**(187)**	**(438)**
Administrativas e gerais		(176)	(347)
Pessoal		(1)	(81)
Depreciação e Amortização		(10)	(10)
Lucro antes do resultado financeiro		**6.059**	**5.080**
Despesas financeiras	17	(4.380)	(4.662)
Receitas financeiras	17	308	374
		(4.072)	**(4.288)**
Lucro antes do IR e da CS		**1.987**	**792**
IR e contribuição social correntes	18	(401)	(449)
Lucro do exercício		**1.586**	**343**

Demonstrações do Resultado Abrangente

Exercícios findos em 31/12/2018 e 2017

(Em milhares de reais)

	31/12/2018	31/12/2017
Lucro do exercício	**1.586**	**343**
Outros resultados abrangentes	–	–
Total do resultado abrangente do exercício	**1.586**	**343**

8. IMOBILIZADO

	Taxa	31/12/2017	Adições	31/12/2018
Em serviço				
Terrenos		2.250	–	2.250
Edificações	3%	572	–	572
Máquinas e equipamentos	4%	90.085	–	90.085
Em curso				
Terrenos		–	–	–
Edificações		–	–	–
Sistema de conexão e transmissão		1.585	13.230	14.815
Total do custo do imobilizado		**94.492**	**13.230**	**107.722**
Depreciação		**(5.648)**	**(3.391)**	**(9.039)**
Edificações, obras cívis e benfeitorias		(32)	(19)	(51)
Máquinas e equipamentos		(5.616)	(3.372)	(8.988)
Total do imobilizado líquido		**88.844**	**9.839**	**98.683**

(1) Imobilizado em curso - a ratear: foram registrados os custos realizados em benefício da obra, como um todo, que não eram passíveis de alocação direta ao custo do respectivo bem e direito. Estes gastos, ao final da construção, foram rateados e alocados ao ativo imobilizado em serviço, segundo critérios de unitização, conforme orientação do Manual de Controle Patrimonial da ANEEL.

9. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Instituições financeiras/ credores	Venci-mento	(% a.a.) Taxa efetiva	En-car-gos	Prin-cipal	Circulante 31/12/2018	Circulante 31/12/2017	Não circulante - Principal 31/12/2018	Não circulante - Principal 31/12/2017
BNDES	15/10/2032	TJLP+ 2,18%	160	2.118	2.099	1.943	45.247	46.885

Recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES: Em 07/03/2016 a Companhia, em conjunto com suas coligadas Energia dos Ventos I S.A., Energia dos Ventos II S.A., Energia dos Ventos IV S.A, Energia dos Ventos X S.A e controladora Windepar Holding S.A., celebrou com BNDES contrato de financiamento de abertura de crédito número 15.2.077.8.1, cujo montante original financiado, para a Energia dos Ventos III S.A., é de R$ 49.007, com o objetivo de alongamento da dívida. O contrato de longo prazo, tem encargos que podem ser sumarizados da seguinte forma: 2,18% ao ano + TJLP, sendo que a primeira amortização iniciou-se em 15/11/2016 e a última será em 15/10/2032. Foram liberados R$ 48.155 até 31/12/2016. Os juros incorridos do contrato de financiamento foram incorporados ao principal trimestralmente, nos dias 15 dos meses de abril, julho e outubro, sendo que no exercício de 2016 foram incorporados ao principal importância de R$ 1.728. O contrato com BNDES estabelece apuração anual de cláusula restritiva, a qual institui que a Companhia deverá manter, durante todo o período de amortização do contrato, a condição de manter Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) Consolidado, no mínimo, igual ou superior a 1,30. Em 31/12/2018 o ICSD Consolidado foi cumprido. Companhia tem cumprido com os covenants qualitativos e quantitativos durante o ano de 2018, decorrentes dos contratos de financiamento celebrados pela Companhia. O não cumprimento dessas cláusulas restritivas acarreta o vencimento antecipado da dívida. (a) As movimentações dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas são compostas da seguinte forma:

Moeda Nacional	31/12/2017	Ingresso de dívida	Encargos de dívidas	Amortização de principal	Amortização de juros	31/12/2018
BNDES	48.828	–	4.110	(1.808)	(3.784)	47.346

(b) As parcelas relativas ao financiamento (principal) atualmente classificadas no passivo não circulante têm os seguintes vencimentos:

2020	2021	2022	2023	Após 2023	Dívida Total
2.129	2.303	2.491	2.695	35.629	45.247

10. FORNECEDORES

	31/12/2018	31/12/2017
Materiais e serviços	2.818	801

11. PROVISÕES PARA CONSTITUIÇÃO DE ATIVOS

	31/12/2017	Realizações	31/12/2018
Máquinas e Equipamentos	172	(46)	126

As provisões de constituição de ativos são decorrentes dos custos do ativo imobilizado referente a sua fase de implantação reconhecidas contabilmente, as quais ainda não houve desembolso financeiro, os mesmos serão desembolsados financeiramente de acordo com o cronograma, conforme a evolução desses eventos essas provisões serão substituídas pelo faturamento de fornecedores, onde sua contrapartida foi registrada no ativo imobilizado em curso.

12. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia reconhece em suas demonstrações contábeis os processos classificados como prováveis de perda, e com relação aos processos cíveis cuja probabilidade de perda está avaliada como possível, são divulgadas em nota explicativa. Em 31/12/2018, a Companhia não possui processos com classificação possível de perda.

13. PARTES RELACIONADAS

13.1 Transações com partes relacionadas: Todas as transações com partes relacionadas podem ser assim demonstradas:

Natureza da operação	Taxas	Partes relacionadas	31/12/2018	31/12/2017
Mútuo a pagar	100% do CDI a.a	Windepar Holding S.A.	6.925	–
AFAC	–	Windepar Holding S.A.	15.538	14.720

Entre janeiro e dezembro de 2018 a Companhia necessitou de recursos oriundos da acionista Windepar Holding S.A., em 18/01/2018 a Companhia recebeu o valor de R$ 818, como AFAC sem característica de irrevogável e irretratável e, em 14/06/2018 celebrou-se contrato de mútuo no valor de R$ 1.687, o recurso foi utilizado para pagamento da 1ª parcela do principal mais juros referente a 1ª emissão de debêntures simples, e quitado dentro do período. Em 20/09/2018 e 18/12/2018, celebram contratos nos valores de R$ 6.189 e R$ 1.142 respectivamente, ambos utilizados para investimento na linha de transmissão do parque eólico. **a.** A Companhia é controlada pela Windepar Holding S.A., a Windepar Holding S.A. é controlada pela Alupar Investimentos S.A., a Alupar Investimento S.A. é controlada pela Guarupart Participações Ltda. **13.2 Garantias: Empresa garantidora - Data da autorização - Órgão autorizador - Contrato - Garantia - Início do contrato - Encerramento do contrato - Valor do contrato - Saldo devedor do contrato em 31/12/2018:** Alupar/ Windepar - 14/12/2015 - Conselho de Administração - Contrato de Financiamento - BNDES - nº 15.2.0778.1 - Prestação de garantias - Alupar: fiança corporativa, penhor de ações, cessão fiduciária, direitos creditórios dos CCEARs, dos CCVEs (3,2 MW médios), outros contratos de CVEE no ACL/ ACR, direitos de receitas oriundos do projeto, direitos da Conta Centralizadora, Conta Reserva do serviço da Dívida, do Contrato de O&M e da Conta Reserva Especial. - Windepar: Direitos da Conta Reserva Especial da Holding e dos contratos de mútuos e fiança corporativa. - 11/02/2016 - 15/10/2032 - 49.007 - 47.365. **13.3 Remuneração da alta administração:** De acordo com o estatuto social da Companhia, caberá ao Conselho de Administração a distribuição da remuneração global fixada a ser paga aos membros da diretoria e Conselho de Administração da Companhia Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária - AGOE da Companhia realizada em 30/07/2018, os membros do Conselho de Administração e Diretoria renunciaram a qualquer remuneração. O plano de remuneração é rateado e assumido entre as demais partes relacionadas.

	31/12/2018	31/12/2017
Benefícios de curto prazo (a)	–	31

(a) Compostos por ordenados, salários e benefícios não monetários (tais como assistência médica, moradia, automóveis e bens ou serviços gratuitos ou subsidiados).

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO: CAPITAL SOCIAL

O capital subscrito e integralizado em 31/12/2018 e 2017 é de R$ 33.934 dividido em 33.934.534 ações ordinárias, conforme segue:

Acionistas	31/12/2018 Ordinárias Quantidade	%	31/12/2017 Ordinárias Quantidade	%
Windepar Holding S.A.	33.934.533	99,99	33.934.533	99,99
AF Energia S.A.	1	0,01	1	0,01
Total das ações	**33.934.534**	**100,00**	**33.934.534**	**100,00**

15. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	31/12/2018	31/12/2017
Receita Bruta	**10.398**	**9.835**
Suprimento de energia - Geração própria	10.458	10.123
Suprimento de energia - Ajuste positivo CCEE	(60)	(288)
Deduções	**(428)**	**(506)**
PIS	(68)	(73)
COFINS	(312)	(337)
TFSEE	(48)	(96)
Receita operacional líquida	**9.970**	**9.329**

16. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	31/12/2018 Custos	31/12/2018 Despesas	31/12/2017 Custos	31/12/2017 Despesas
Custos não gerenciáveis	**(91)**	**–**	**(8)**	**–**
Encargos de uso da rede elétrica	(82)	–	–	–
Doações, contribuições	(9)	–	(8)	–
Custos gerenciáveis	**(242)**	**(177)**	**(414)**	**(428)**
Seguros	(30)	(2)	–	(101)
Aluguéis	–	(35)	(13)	(61)
Pessoal	–	–	–	(81)
Honorários da diretoria	–	–	–	(31)
Provisão (reversão) para contingências	(6)	–	–	–
Material	(5)	–	(31)	(4)
Serviços de terceiros	(188)	(139)	(332)	(146)
Outros	(13)	(1)	(38)	(4)
Depreciação e amortização	**(3.391)**	**(10)**	**(3.389)**	**(10)**
Total	**(3.724)**	**(187)**	**(3.811)**	**(438)**

Demonstrações do Fluxo de Caixa

Exercícios findos em 31/12/2018 e 2017

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2018	31/12/2017
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro do exercício		1.586	343
Itens que não afetam caixa e equivalentes de caixa			
Depreciação e amortização		3.401	3.399
Encargos de dívidas		4.215	4.420
Receita de aplicações financeiras		(225)	(254)
Descontos financeiros obtidos		(46)	(2)
Atualização monetária - IR		–	(45)
Despesa de IR e CS	18	401	449
Baixa do ativo imobilizado	8	–	11
		9.332	**8.321**
Redução (aumento) no ativo		**701**	**1.059**
Contas a receber de clientes		399	1.392
Impostos a recuperar		(49)	60
Outros ativos		393	(393)
Despesas pagas antecipadamente		(42)	–
Aumento (redução) no passivo		**2.024**	**(2.617)**
Fornecedores		2.017	(2.209)
Contingências		6	–
Salários, férias e encargos sociais		(1)	(5)
Impostos e contribuições sociais a recolher		52	28
Provisões de constituição de ativos		(46)	(439)
Outros passivos circulantes		(4)	8
Impostos e contribuições pagos sobre o lucro		(362)	(243)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		**11.695**	**6.520**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Resgate de investimentos (TVM)		4.036	40
Aplicações em investimentos (TVM)		(3.953)	(714)
Adições no imobilizado		(13.230)	(2.465)
Adições no intangível		–	(1)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		**(13.147)**	**(3.140)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
AFAC - partes relacionadas		818	3.420
Empréstimos, financiamentos e debêntures tomados		–	(19)
Amortização de principal e pagamento de juros do financiamento		(5.592)	(5.551)
Mútuos recebidos - partes relacionadas		6.866	–
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamentos		**2.092**	**(2.150)**
Aumento no caixa e equivalentes de caixa		**640**	**1.230**
Demonstração do aumento no caixa e equivalentes de caixa			
Saldo no início do exercício	5	2.096	866
Saldo no final do exercício	5	2.736	2.096
Aumento no caixa e equivalentes de caixa		**640**	**1.230**

17. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2018	31/12/2017
Receitas financeiras	**308**	**374**
Receita de aplicações financeiras	262	327
Outros	46	47
Despesas financeiras	**(4.380)**	**(4.662)**
Encargos sobre empréstimos e financiamentos	(4.215)	(4.420)
Outros	(165)	(242)
Total líquido	**(4.072)**	**(4.288)**

18.IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTES

	31/12/2018 IR	31/12/2018 CS	31/12/2017 IR	31/12/2017 CS
Recebimento clientes e ajuste positivo CCEE	10.398	10.398	11.230	11.230
Alíquota de presunção de lucro	8%	12%	8%	12%
	832	**1.248**	**898**	**1.348**
Receita financeira	308	308	372	372
	1.140	**1.556**	**1.270**	**1.720**
Alíquota	15%	9%	15%	9%
Alíquota de Adicional IRPJ (Exceder R$ 240/ano)	10%	–	10%	–
Imposto / Contribuição devida	**261**	**140**	**293**	**155**
Outros	–	–	2	–
LAIR	**1.987**	–	**792**	–
Total dos tributos correntes	**261**	**140**	**295**	**155**
Alíquota efetiva		**20,18%**		**56,74%**

19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCO

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração. Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. **19.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros:** As metodologias utilizadas pela Companhia para a divulgação do valor justo foram as seguintes:

	31/12/2018 Contábil	31/12/2018 Justo	31/12/2017 Contábil	31/12/2017 Justo	Mensuração	Classificação por categoria
Ativo	**7.054**	**7.054**	**6.671**	**6.671**		
Caixa	278	278	901	901	–	Custo amortizado
Equivalentes de caixa	2.458	2.458	1.195	1.195	Nível I	Valor justo por meio de resultado
TVM	3.352	3.352	3.210	3.210	Nível II	Valor justo por meio de resultado
Contas a receber de clientes	966	966	1.365	1.365	–	Custo amortizado
Passivo	**50.164**	**50.164**	**49.629**	**49.629**		
Fornecedores	2.818	2.818	801	801	–	Custo amortizado
Empréstimos e financiamentos	47.346	47.346	48.828	48.828	–	Custo amortizado

Diante do exposto acima, a Companhia utilizou o mesmo conceito na definição do valor justo para esses empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas. Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros nos exercícios findos em 31/12/2018 e 2017. **19.2 Hierarquia do valor justo:** A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação: • **Nível I** - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos; • **Nível II** - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e • **Nível III** - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado. Não houve reclassificação de categoria de instrumentos financeiros no exercício findo em 31/12/2018, não houve transferência entre avaliações de valor justo nível I e nível II, e nem transferência entre avaliações de valor justo nível III e nível II. **19.3 Riscos resultantes de instrumentos financeiros:** A Companhia possui os seguintes riscos associados aos seus negócios: ***Risco de crédito:*** O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos alocados em caixa, equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e conceitos internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. A principal exposição a crédito é oriunda da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes do não recebimento de valores faturados de suas contrapartes comerciais. Para reduzir este risco e auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora o volume das contas a receber de clientes, solicita garantias e realiza diversas ações de cobrança em conformidade com a regulamentação do setor para minimizar o risco de inadimplência. ***Risco de taxas de juros:*** Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre os seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas. ***Risco de regulação:*** As atividades da Companhia, assim como de seus concorrentes são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia. ***Risco da escassez de vento:*** Esse risco decorre da possibilidade de falta de vento ocasionada por fatores naturais, o qual é minimizado em função das "jazidas de vento" do Brasil estarem entre as melhores do mundo, pois, além de contar com alta velocidade, os ventos são considerados bem estáveis, bem diferente de certas regiões da Ásia e dos Estados Unidos, sujeitas a ciclones, tufões e outras turbulências. ***Risco de taxas de câmbio:*** A Companhia não tem operações em moeda estrangeira. ***Risco de liquidez:*** Tão importante quanto a qualidade da geração de caixa operacional do negócio é a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos. ***Capital circulante líquido negativo:*** A Companhia continua realizando pagamentos que estavam programados, conforme apresentados nas rubricas de Fornecedores e Empréstimos, por esse motivo, a Companhia apresenta capital circulante negativo de R$ 5.068. Em 31/12/2018 a administração estima que nenhum ajuste é necessário para fazer face à recuperação dos ativos ou liquidação de seus passivos. ***Análise de sensibilidade:*** *Análise de sensibilidade das dívidas:* Com base no relatório FOCUS de 29/12/2018, foi extraída a projeção dos indexadores IPCA e TJLP e assim definindo-os como o cenário provável; a partir deste foram calculadas variações de 25% e 50%. Para verificar a sensibilidade dos indexadores nas dívidas foram definidos 05 cenários diferentes. Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para um ano. A data base utilizada foi 31/12/2018 projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

	Indexador	Taxa	31/12/2018	Projeção Despesas Financeiras - Um Ano - Cenário I (-50%)	II (-25%)	provável	III (+25%)	IV (+50%)
				3,49%	5,24%	6,98%	8,73%	10,47%
BNDES	TJLP+	2,18%	47.365	2.722	3.566	4.411	5.255	6.100

20. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Companhia oferece aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica, vale-transporte, vale-refeição, plano de previdência privada (onde o plano de aposentadoria é de contribuição definida) e educação continuada. No plano de contribuição definida, a Companhia patrocina um plano de previdência, mas deixa o risco para os beneficiários que podem ganhar mais ou menos de acordo com a gestão dos recursos, a patrocinadora não tem responsabilidade de garantir um valor mínimo ou determinado. Nesse caso a obrigação do empregador nos planos de contribuição definida são as contribuições. Os valores investidos em benefícios a empregados totalizam o valor de R$ 2 em 31 de dezembro 2018 e R$ 14 em 31/12/2017.

21. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 15/02/2019 a Companhia aprova aumento de capital, no valor de R$ 15.538, com a consequente emissão de 15.538 novas ações ordinárias**.** Desta forma, o capital social da Companhia passa a ser R$ 49.472. As ações são, neste ato, totalmente subscritas pela acionista Windepar Holding S.A., mediante a conversão de adiantamento para futuro aumento de capital- AFAC em capital.

A Diretoria

Contadora: **Patrícia Nalini Savio Ferreira -** Contadora - CRC 1SP237063/O-2

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Acionistas e Diretores da Energia dos Ventos III S.A. - São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da Energia dos Ventos III S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Energia dos Ventos III S.A. em 31/12/2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 13/03/2019

KPMG

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Fabian Junqueira Sousa
Contador - CRC 1SP235639/O-0

Daniel Aparecido da Silva Fukumori
Contador - CRC 1SP245014/O-2